

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Órgão Especial do TJPR aprova movimentação na carreira de magistrados

Na tarde da última segunda-feira (2) os desembargadores presentes ao Órgão Especial apreciaram, em rápida sessão extraordinária de assuntos administrativos, a movimentação na carreira dos juízes. O magistrado Antônio Carlos Ribeiro Martins foi removido por antiguidade para o cargo de juiz substituto em Segundo Grau. Tathiana Yumi Arai Junkes foi removida por merecimento para atuar na 1ª Seção Judiciária da comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Na entrância intermediária foram aprovadas as opções para Arthur Cazella Júnior trabalhar em Chopinzinho e para Vivian Eisenberg de Almeida Sobreiro exercer as atividades em Matelândia. A juíza Rita Borges Leão Monteiro foi promovida por antiguidade para Paranaguá.

O juízes Luiz Otávio Alves de Souza e Diele Denardin Zydek foram promovidos por merecimento respectivamente para as comarcas de Astorga e Medianeira. Em Arapongas, após ter sido promovida por antiguidade, ficará Raphaella Benetti da Cunha, Lisiane Heberle Mattos exercerá a judicatura em Francisco Beltrão, após ser promovida por merecimento.

Na entrância inicial foram promovidos ao cargo de juiz de Direito Marcel Ferreira dos Santos para Mamborê, Carolina Fontes Vieira, Sertãoópolis e Pedro Rebello Bortolini para Santa Isabel do Ivaí.

Na mesma sessão também foi aprovada a criação de um cargo de juiz substituto para a Seção Judiciária de Irati que compreende, além da sede, os municípios de Rebouças, Teixeira Soares e Mallet.

04 JUL 2012

04 JUL 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ inaugura novo Fórum de Santa Felicidade

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto, irá inaugurar hoje, às 11h, o novo Fórum de Santa Felicidade, que funcionará na Via Vêneto, 1490. O Fórum faz parte do projeto "Justiça mais perto do Povo", que tem como objetivo a descentralização da justiça com uma aproximação do Poder Judiciário da população menos favorecida.

Irá funcionar em Santa Felicidade unidade do Juizado Cível e Criminal, além de uma Vara de Família e da Infância e Juventude. Serão 14 bairros atendidos e mais de 155 mil pessoas beneficiadas. Para a reforma externa do prédio foi aproveitada a mão-de-obra de detentos da Colônia Penal Agroindustrial de Piraquara. De acordo com o juiz Moacir Dala Costa a instalação do Fórum trará muitos benefícios para a comunidade, pois boa parte da demanda de processos poderá ser resolvida localmente. "A expectativa da população é grande. A ideia de descentralização, de levar a justiça mais perto do jurisdicionado é muito boa. É a Justiça do futuro se fazendo presente", concluiu o magistrado. Estarão presentes, na solenidade, várias autoridades do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DESVIO DE FUNÇÃO 04 JUL 2012

Tribunais terão 30 dias para regularizar situação

Determinação foi feita com base em informações enviadas ao CNJ

Os tribunais de todo o país terão 30 dias, a contar do recebimento das notificações, para apresentar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) cronograma para regularizar a situação dos servidores em desvio de função. A decisão foi tomada na sessão plenária do CNJ da última terça-feira (3). Por unanimidade, os conselheiros acompanharam o voto da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon no Pedido de Providências 0000857-56.2012.2.00.0000. Segundo ela, levantamento feito pela Corregedoria Nacional junto aos tribunais apontou que há elevado número de servidores concursados de primeira instância trabalhando nos tribunais ou em outros Poderes, prejudicando a prestação jurisdicional em varas e juizados (1º grau), que são a porta de entrada do cidadão à Justiça.

“Os desvios de função contribuem para a elevação da taxa de congestionamento no primeiro grau, competindo ao CNJ a devida correção”, salienta a ministra em seu voto. Com a decisão, os Tribunais terão ainda 60 dias para justificar ao CNJ as situações de desvio de função que consideram regulares. O Conselho, por sua vez, irá examinar a regularidade dos atos administrativos que deram origem aos desvios funcionais por meio de Procedimento de Controle Administrativo (PCA) aberto por

proposição da ministra e aprovado pelos conselheiros.

A determinação foi feita com base em informações enviadas pelos Tribunais à Corregedoria Nacional de Justiça, as quais apontaram que a demora na prestação jurisdicional do primeiro grau é agravada pelos desvios de função. Na Justiça Estadual de Pernambuco, por exemplo, cuja taxa de congestionamento do primeiro grau é a segunda maior do país (80,5%, segundo dados do CNJ em Números 2010), há 165 servidores efetivos disponibilizados para órgãos dos Poderes Legislativo ou Executivo, com ônus para o Judiciário.

Na Justiça Comum de Goiás, há 304 servidores concursados do primeiro grau trabalhando no Tribunal em função de confiança, o maior índice do país, enquanto na Bahia há 103 funcionários nessa situação. Conseqüentemente, a taxa de congestionamento nesses tribunais chega a 68,5% e 71,3%, respectivamente. “Além de os Tribunais não fornecerem estrutura adequada à primeira instância, têm se aproveitado dos servidores lotados na instância inferior, direcionando-os para o segundo grau, muitas vezes de forma irregular e, ainda, permitindo que sejam cedidos a outros órgãos, em detrimento da qualidade e celeridade da prestação jurisdicional”, afirma a ministra.

O levantamento da Corregedoria demonstra ainda que há vários servidores aprovados para desempenhar funções específicas, como de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, em auxílio a varas e juizados, exercendo atividade diversa do cargo para o qual prestaram o concurso. No Espírito Santo, por exemplo, existem 91 funcionários nessa situação, enquanto no Rio de Janeiro esse número chega a 72. “A autonomia dos Tribunais não pode ser usada de forma deturpada, como aqui se verifica”, conclui a corregedora nacional em seu voto.

04 JUL 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AMB apresenta

"diretas já" no STJ

O Presidente da AMB, Nelson Calandra, apresentou ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ari Pargendler, a campanha 'Diretas Já no Poder Judiciário', que defende eleições nos Tribunais brasileiros (de Justiça, Regionais do Trabalho e Regionais Federais). O encontro ocorreu, nesta segunda-feira (2), no gabinete do Ministro.

"A campanha pretende eleger de modo direto os integrantes da categoria, os Presidentes e Vice-Presidentes de todos os Tribunais Regionais e de Justiça. É um importante passo, pois, reflete uma deliberação de toda a categoria que teve início na Justiça Estadual, mas se aplica também aos Tribunais Federais. O Presidente do STJ ficou de transmitir aos Ministros a nossa campanha", disse Calandra, que estava acompanhado do Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União (Amajum), José Barroso Filho.

A campanha "Diretas Já no Poder Judiciário" foi lançada pela AMB, com o apoio da Associação Mato-grossense de Magistrados (Amam), no dia 22 de junho, em Cuiabá. Ela visa ainda reforçar a importância da aprovação de duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs), que dispõem sobre a participação de Juizes no processo de escolha de seus representantes assim como iguala a todos os Desembargadores o direito de disputar a administração nas Cortes de Justiça do País.

04 JUL 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRE-PR lança revista de direito eleitoral e ciência política

A Paraná Eleitoral – Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política, é uma publicação especializada editada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná.

A periodicidade da publicação é quadrimestral em suas versões online e impressa.

Seu objetivo é debater prioritariamente como: eleições, partidos

políticos, campanhas eleitorais, elites políticas e comportamento político, constituindo um espaço singular na discussão sobre os processos políticos nos regimes democráticos contemporâneos.

Para tanto, a Paraná Eleitoral recebe, via e-mail, textos em Português ou Espanhol que tenham como objeto a estrutura e organização de partidos políticos, ideologias políticas e partidárias, campanhas eleitorais, competição política, votações e regras eleito-

rais, recrutamento e formação de elites políticas e parlamentares, organização do sistema político nacional e regional.

O periódico aceita tanto contribuições sobre processos de longa duração quanto estudos de casos. São bem-vindos artigos que utilizem ferramentas de análise diversificadas (séries históricas, modelos estatísticos, interpretações sociológicas) ou a interação entre elas.

Maiores informações: www.paranaeleitoral.gov.br

Grávida exonerada do cargo na Câmara será indenizada

A ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu Mandado de Segurança (MS 30519) a uma ex-servidora da Câmara dos Deputados que foi exonerada do cargo durante a gravidez. Com a decisão, a ex-servidora terá direito de receber indenização correspondente aos valores que receberia até cinco meses após o parto, que é o tempo de estabilidade provisória prevista na Constituição Federal (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - artigo 10, inciso II, alínea "b").

Ela ocupava cargo de natureza especial e de livre provimento e exoneração (assessor técnico do gabinete do 3º suplente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados)

e foi exonerada durante o primeiro mês de gravidez. Ao recorrer ao STF, sua defesa pedia o retorno da gestante ao cargo até o final da licença maternidade e da estabilidade provisória ou, alternativamente, o pagamento de indenização.

Em sua decisão, a ministra Cármen Lúcia destacou que "o pedido de reintegração no cargo perdeu o objeto em razão do fim da estabilidade provisória pelo decurso do tempo", uma vez que a exoneração ocorreu em fevereiro de 2011. Mas ressaltou que a ex-servidora tem direito à indenização correspondente aos salários que teria direito caso permanecesse no cargo.

A ministra citou jurisprudência do STF segundo a qual "as

servidoras públicas, incluídas as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito à licença-maternidade de 120 dias e à estabilidade provisória a partir do momento da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto". Dessa forma, entende que a exoneração de servidora pública no gozo de licença gestante ou de estabilidade provisória é ato contrário à Constituição Federal.

A concessão do MS foi com base no artigo 205 do Regimento Interno do STF, que autoriza o próprio relator a decidir monocraticamente mandados de segurança quando a matéria for objeto de jurisprudência consolidada da Corte.

04 JUL 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Novo fórum

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto, inaugura hoje, às 11h, o novo Fórum de Santa Felicidade, na Via Vêneto, 1490. O fórum faz parte do projeto "Justiça mais perto do Povo", que tem como objetivo a descentralização da Justiça e a aproximação da população menos favorecida. Serão 14 bairros atendidos e mais de 155 mil pessoas beneficiadas.

GAZETA DO POVO

LEIMARIA DA PENHA

Paraná não tem verba
específica para combater a
violência contra a mulher
» LEIMARIA DA PENHA

04 JUL 2012

Sem verba para combater violência contra a mulher

Governo do Paraná e prefeitura de Curitiba não têm recursos específicos para ações de prevenção à agressão doméstica, denuncia OAB-PR

Vanessa Prateano e
Ellen Mieczoanski

Além de apontar a falta de estrutura judicial para o atendimento dos casos de violência doméstica e a ausência de estatísticas sobre o problema no estado, a seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) afirma que não há investimentos municipais e do governo estadual em políticas públicas voltadas especificamente para o combate a agressões contra mulheres. Na semana passada, a OAB-PR denunciou o Tribunal de Justiça do

Paraná (TJ-PR) ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso que investiga a violência doméstica por não cumprir a Lei Maria da Penha.

Uma análise feita pela Comissão de Gestão Pública e Administração da OAB-PR nas leis orçamentárias e nos planos plurianuais de Curitiba e do Paraná demonstra que não há rubrica mencionando o tema “violência contra a mulher”.

No caso do estado, apenas uma rubrica da Lei Orçamentária (Lei n.º 17.012/11) menciona a palavra “mulher” (mas não “violência contra a mulher”), e ainda assim diz respeito a uma política mais geral direcionada à garantia dos direitos humanos. O investimento total para o setor é de R\$ 2,8 milhões

Já Curitiba menciona a mulher em três rubricas da Lei n.º 13.913/11: na reforma de equipamentos de saúde no Bairro Novo voltados ao público feminino (Hospital da Mulher), com destinação de

R\$ 180 mil; na viabilização de convênios de R\$ 21 mil para programas destinados à mulher; e na manutenção do Conselho Municipal da Mulher, no valor de R\$ 117 mil. Ao todo, são R\$ 318 mil direcionados para essas áreas.

Na avaliação do presidente da comissão da OAB-PR, Rodrigo Pironti, o investimento ainda é “tímido”. Ele afirma que, embora outras políticas voltadas à mulher possam estar diluídas em rubricas não específicas, é importante que algumas ações mais concretas, e menos genéricas, sejam implantadas. “Algumas ações poderiam ser adotadas de maneira específica, como o incremento a centros de apoio à mulher vitimada e a programas que permitam o acompanhamento psicológico e a segurança posterior dessas mulheres”, diz.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

04 JUL 2012

As advogadas Helena Rocha e Daniela Ballao Ernlund, da Comissão da Mulher Advogada da OAB-PR, concordam. Elas afirmam que se a rubrica não é específica torna-se difícil cobrar alguma ação direcionada a programas contra a violência. “É por isso que cobramos uma Secretaria da Mulher no Paraná, porque somente ela poderá concentrar os recursos que vão para outras secretarias e dar um olhar institucional para a questão da violência de gênero”, afirma Daniela.

RESPOSTA

Investimento municipal estaria diluído dentro de programa de saúde

Segundo a assessoria de imprensa da prefeitura de Curitiba, o município realmente não destina parte de seu orçamento para ações específicas de combate à violência doméstica, mas conta com um programa, o Mulher de Verdade, responsável pela atenção à mulher e coordenado pela Secretaria de Saúde.

A superintendente de Gestão da Saúde de Curitiba, Anna Paula Penteado, afirma que os investimentos feitos no Mulher de Verdade são oriundos de diversas fontes e direcionados para ações de atenção primária, especializada e hospitalar. Segundo ela, é por esse motivo que não é possível prever a verba que será destinada apenas a esse programa. “A mulher vítima de violência, por exemplo, vai ser custeada no bloco da média/alta complexidade. Não

se tem nenhum tipo de orçãõ que trate da questão orçamentária com fatias para cada tipo de ação”, afirma.

Procurado pela reportagem, o governo do estado não comentou a questão. Via assessoria de imprensa, apenas comunicou que de fato não há uma rubrica destinada para a área e que as ações do governo do estado são efetuadas pelas secretarias de Desenvolvimento Social, Segurança Pública e Saúde.

Ficha Limpa mais restritiva no Paraná

Deputados estaduais rejeitaram o projeto que impedia a contratação de comissionados que tenham sido condenados por órgão colegiado da Justiça

Euclides Lucas Garcia

Por unanimidade, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná rejeitou ontem o projeto que tornava mais rígida a Lei da Ficha Limpa estadual. De autoria do deputado Marcelo Rangel (PPS), a proposta proíbe, nos três poderes do Paraná, a nomeação para cargos comissionados de pessoas que tenham sido condenadas na Justiça por órgãos colegiados — como o Tribunal de Justiça (TJ), por exemplo. Hoje, a legislação paranaense prevê a proibição apenas quando a decisão judicial ocorrer em última instância. A assessoria Rangel informou que o deputado vai recorrer da rejeição do projeto na CCJ.

Sancionada em dezembro do ano passado, a lei estadual foi inspirada na Lei da Ficha Limpa nacional, que impede a candidatura de qualquer pessoa com condenação por órgão colegiado de juízes — normalmente a segunda instância

judicial. O texto original da lei paranaense — de autoria de Rangel e dos deputados André Bueno (PDT), Cesar Silvestri Filho (PPS), Stephanes Jr. (PMDB) e Ney Leprevost (PSD) — previa a mesma restrição no caso dos funcionários comissionados nomeados no estado. No entanto, o texto final aprovado na Assembleia no ano passado manteve apenas a previsão para decisões transitadas em julgado. Os cargos comissionados são aqueles de indicação política, sem a necessidade de concurso público.

Para garantir o rigor pensado inicialmente, Rangel apresentou um projeto para modificar a legislação paranaense, de modo que ela também impeça a contratação de pessoas com punições proferidas por órgãos colegiados. Isso a tornaria mais restritiva e eficaz, já que a última instância judicial costuma levar anos para emitir uma sentença definitiva.

Ontem, porém, a CCJ considerou a alteração inconstitucional, o que determina o arquivamento da proposta. Segundo o relator da matéria, deputado Elio Rusch (DEM), o princípio da presunção de inocência garante que uma pessoa só pode ser considerada definitivamente condenada quando não cabe mais recurso à decisão. “Condenação por órgão colegiado não quer

dizer que o cidadão é culpado, afinal ele pode ser absolvido em última instância”, disse Rusch. “E se você deixa de nomear alguém por esse motivo e depois a pessoa é absolvida, quem vai reparar o dano moral contra essa pessoa?”, questionou.

Rangel não foi encontrado para comentar a decisão. Na última vez que falou sobre o assunto, ele lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) validou a Lei da Ficha Limpa nacional, mesmo com a restrição valendo para condenações em segunda instância. “A lei nacional prevê restrições em relação a candidaturas eleitorais. Já a lei paranaense trata de cargos comissionados, que lidam diretamente com dinheiro público”, afirmou Rangel.

REJEITADO

Veja os deputados que votaram contra o endurecimento da Ficha Limpa estadual:

Ademar Traiano (PSDB)
Alexandre Curi (PMDB)
Fernando Scanavaca (PDT)
Hermas Brandão Jr. (PSB)
Nereu Moura (PMDB)
Pastor Edson Praczyk (PRB)
Pedro Lupion (DEM)
Tadeu Veneri (PT)

*Caíto Quintana (PMDB) não votou por estar presidindo a sessão.

Fonte: CCJ.

04 JUL 2012

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Proteção para juízes

O Estado detém a administração da força pública, que tem como objetivo proteger qualquer cidadão; e os aplicadores da lei, como juízes e promotores, devem ter a prioridade de proteção. Deveria ser colocada uma equipe de prontidão para garantir a segurança dos magistrados para que estes possam aplicar a lei conforme é o desejo dos cidadãos de bem.

Renato dos Santos Taborda, Irati – PR

04 JUL 2012

GAZETA DO POVO

JONEL CHEDE

O Paraná em Brasília e a vontade política

Ha tempos verifica-se a necessidade da instalação, em Brasília, de um braço avançado da sociedade civil organizada paranaense. São muitas as propostas paranistas que dependem de decisões tomadas na capital federal, como a criação de um Tribunal Regional Federal com sede em Curitiba, com jurisdição nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; a reforma política, partidária e eleitoral; e a nova delimitação do mar territorial brasileiro, entre tantos outros pleitos que dependem também da sensibilização de nossos próprios representantes no Congresso Nacional.

As causas paranistas contam com todo o apoio do Movimento Pró-Paraná, ente de integração e relações institucionais do Paraná, que congrega as principais entidades de classe do estado e tem o objetivo de elevar o Paraná ao seu devido e merecido lugar, correspondente à sua importância no contexto nacional. Cabe ressaltar que, durante audiências com os candidatos ao governo do estado, em 2010, o Movimento Pró-Paraná indicou como uma das suas prioridades a criação de uma bem estruturada representação do governo em Brasília, proposta finalmente aprovada pela Assembleia Legislativa em 10 de abril deste ano.

Com a sanção da lei pelo governador Beto Richa, mercê fundamentada proposição das classes empresariais de nosso estado, poderá ser constituída uma autêntica parceria público-privada por meio de um Escritório de Representação, na capital federal. Lá, nossos parlamentares terão a oportunidade de ampliar os canais de diálogo, na busca de soluções definitivas para os

problemas de nossa comunidade. A representação do governo em Brasília terá como tarefa imediata conduzir as negociações com nossos parlamentares e as demais unidades federativas do país, além das lideranças daquelas Casas de Leis. É prioridade absoluta incluir na pauta de discussões a proposta de nova delimitação do mar territorial brasileiro, voltada à correção de uma injustiça que se prolonga por muito tempo, contra os interesses do Paraná.

Uma retrospectiva histórica mostra que a interação público-privada já teve profícuos resultados; pode-se citar a resolução do problema dos minoritários do Bamerindus; a revitalização da área central de Curitiba através do Centro Vivo; a anulação da "multa" pela venda do Banestado ao Banco Itaú; os royalties de Itaipu; e a inclusão de Curitiba como cidade-sede da Copa do Mundo de 2014, bandeira levantada de modo pioneiro pelo Movimento Pró-Paraná. Os exemplos mostram que, para a resolução de pendências de toda ordem, apenas a vontade política não basta: o embasamento prévio relativo a cada situação é um elemento de fundamental importância. A representação em Brasília será um impulso considerável para alcançarmos, no curto prazo, o privilégio de ser "o Paraná que queremos".

Jonel Chede, ex-presidente da Associação Comercial do Paraná e primeiro gestor do projeto Centro Vivo, é presidente do Movimento Pró-Paraná.

04 JUL 2012

FOLHA DE LONDRINA

Cito e Bonato deixam prisão após 70 dias

Suspeitos de oferecer propina a vereador são liberados pelo Tribunal de Justiça

Depois de 70 dias presos por participação num suposto esquema de compra de apoio de vereadores, o ex-secretário de Governo e de Gestão Pública do prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT), Marco Cito, e o empresário Ludovico Bonato foram soltos ontem à tarde. Eles obtiveram habeas corpus no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, segundo informou o advogado Maurício Carneiro. A liminar ainda não foi publicada.

Marco Cito, detido na unidade dois da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2), foi o primeiro a sair, por volta das 16h30, acompanhado do advogado Régis Belizário (do escritório de Carneiro). O ex-secretário, que aguardava o alvará de soltura com a esposa, foi retirado do presídio sem qualquer contato com a imprensa, já que o advogado obteve permissão para ingressar no pátio da PEL 2 com um veículo. Bonato, que estava na Casa de Custódia (CCL), saiu cerca de uma hora mais tarde, também acompanhado de um advogado, Vitor Ribeiro. O empresário manteve silêncio ao ser questionado pelos jornalistas.

Bonato e Cito foram presos em flagrante no dia 24 de abril pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que investigava a denúncia do vereador Amauri Cardoso (-PSDB) de que Bonato procurara e oferecera R\$ 40 mil para que votasse contra a abertura da Comissão Processante da Centronic - contra o prefeito. O vereador gravou conversas com os dois e, na data da prisão, o Gaeco flagrou a entrega para Cardoso de R\$ 20 mil - parte do suborno. Em seguida, Cito também foi preso.

Uma semana mais tarde, o juiz da 3ª Vara Criminal, Katsujo Nakadomari, decretou a prisão de outros três aliados do prefeito: o então chefe de Gabinete, Rogério Lopes Ortega, o ex-diretor de Participações da Sercomtel Alysson Tobias de Carvalho e o vereador Eloir Valença (PHS), que fazia parte da bancada de oposição, mas mudou de postura porque teria recebido promessa de vantagem da suposta quadrilha.

Na ação criminal, além dos cinco, o ex-presidente da Sercomtel Roberto Coutinho Mendes também foi acusado de integrar a quadrilha para corromper vereadores. Coutinho foi afastado do cargo na telefônica. A investigação ensejou a abertura de outro inquérito para apurar suposto oferecimento de vantagem indevida a vereadores para manter a Lei da Murralha e aprovar perdão de dívidas e redução de imposto para a Unopar.

FOLHA DE LONDRINA

Folclore

MAZZA

04 JUL 2012

A OAB denuncia que o Tribunal de Justiça não cumpre a decisão do STF sobre a publicação de salários dos seus servidores e agora afirma que ele desconhece, por não aplicá-la, a Lei Maria da Penha. OAB, linha auxiliar do CNJ.

20 anos **INFORME**

Em função dos 20 anos de existência da Lei de Improbidade Administrativa, completados em junho, o Ministério Público Federal (MPF) está distribuindo uma cartilha sobre o assunto. Improbidade administrativa é a conduta considerada inadequada - por desonestidade, descaso ou outro comportamento impróprio - no exercício da função pública. A condenação por ato de improbidade acarreta em punições como reversão de bens ilicitamente acrescidos ao patrimônio individual, reparação de danos, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa e proibição de contratar com o poder público.

■ Para formalizar uma denúncia no MPF, é preciso informar fatos específicos e nomes dos envolvidos. As denúncias podem ser anônimas. No Paraná, os canais para denúncias são: pessoalmente ou pelo endereço www.prpr.mpf.gov.br, na internet.

Concurso público

O Ministério Público (MP) entrou ontem com uma ação civil pública de ressarcimento e por atos de improbidade administrativa contra quatro servidores da Prefeitura de Guarapuava (Centro-Sul), duas empresas de materiais e consultoria para concurso público e seus representantes por conta de uma contratação irregular em 2009. Segundo o MP, a empresa contratada através de um pregão presencial para elaborar provas de um concurso público para 34 cargos não existia. O contrato, no valor de R\$ 58,3 mil, ainda recebeu um aditivo de 20,59% do valor, para elaboração de outras sete provas.

CLÁUDIO HUMBERTO **CPI vai ao STF contra** **excesso de habeas corpus**

Integrantes da CPI mista do Cachoeira devem visitar o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Ayres Britto, para reclamar do excesso de habeas corpus concedidos aos convocados para depor, na condição de investigado ou de testemunha. É o que propõe um requerimento do deputado Luiz Pitiman (-PMDB-DF), membro efetivo da CPI. Até agora, apenas seis dos 25 convocados prestaram depoimento.

HC atrapalha

Luiz Pitiman alega que a profusão de habeas corpus até mesmo para testemunhas tem atrapalhado as investigações da CPI do Cachoeira.

FOLHA DE LONDRINA

HÉLIO DUQUE 04 JUL 2012

Legislativo: poder decorativo

No Estado democrático, no triângulo isósceles do poder, o Legislativo corresponde ao ângulo reto, enquanto o Executivo e o Judiciário são ângulos adjacentes. Na trigonometria dos poderes, o que vem em primeiro lugar é o Legislativo, que deve ser fiscalizador, elaborador das leis e do orçamento a ser cumprido pelo Executivo. Ao Judiciário cabe a fiscalização e observância no cumprimento da lei. As constituições das nações democráticas sacramentam essa realidade com disciplina espartana.

No Brasil, a Constituição de 1988 traduz com objetividade essa relação democrática entre os poderes. Infelizmente a imensa maioria dos parlamentares brasileiros, seja no Congresso Nacional ou nas assembleias legislativas estaduais, por razões diferenciadas, se demitem do poder que constitucionalmente são detentores.

Está tudo invertido, os poderes adjacentes transformaram-se em legisladores. O Executivo legisla, via medidas provisórias. O Judiciário, com a judicialização da política, arvorou-se em poder legislador. O único responsável pelo avanço e desenvolvimento desse golpismo institucional, gerador de graves consequências, é o Congresso Nacional. Ao abdicar das suas prerrogativas, os parlamentares transformaram o Legislativo em poder quase decorativo.

Ao se demitir do conceito clássico de representatividade popular, omite-se no debate dos grandes problemas nacionais e se curva com espinha dobrada da função fiscalizadora dos atos do Executivo. A grande maioria dos parlamentares não tem consciência e ignora a força constitucional do poder para o qual foram eleitos.

No parlamentarismo, a quase totalidade dos governos mundiais, quem governa é o primeiro-ministro sustentado pela maioria parlamentar. No presidencialismo, prevalente em pou-

cos países, a exemplo dos Estados Unidos e do Brasil, a importância do Congresso é fundamental.

Nos EUA, o presidente da República não pode adotar ou aprovar qualquer ação administrativa ou econômica que não seja aprovada no parlamento.

Já no Brasil, a realidade é diferente, os congressistas vivem de pires na mão, mendigando verbas para suas obras paroquiais. Transformam-se em despachantes de luxo investidos de mandato popular. Pequena minoria consciente das suas obrigações e responsabilidades constitucionais é atropelada pela maioria bovina, destituída de convicção, mas integrantes da chamada base parlamentar.

Em nome da governabilidade os governos FHC, Lula e Dilma, criaram o monstro de sete cabeças, reunindo partidos antagônicos, para sustentação e submissão aos desígnios do governo de plantão. Ao invés da governabilidade, temos a ingovernabilidade parlamentar. Banindo a transparência republicana, e em seu lugar temos hoje a corrente de transmissão da malandragem esperta. A corrupção é tentacular e a impunidade é ampla, onde o patrimonialismo sustenta relação simbiótica do mundo empresarial com o governo. Com isso a linha entre público e privado se perde.

Relendo o livro do sociólogo Bolívar Lamounier, "Cultura e transgressões no Brasil", ali está sumariada essa realidade: "O Brasil é essencialmente corrupto e precisamos encarar isso. Vivemos há cem anos a ilusão de que com crescimento econômico e a melhoria educacional tudo vai melhorar. O País está mais rico, e ao que tudo indica, mais corrupto".

6 Ao abdicar das suas prerrogativas, os parlamentares transformaram o Legislativo em poder quase decorativo

HÉLIO DUQUE é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp).

FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

**DATA
VENCIDA**

04 JUL 2012

A Defensoria Pública de SP pretende entrar com uma ação de indenização a favor de um morador de rua de 69 anos que ficou 12 dias preso indevidamente em razão de um mandado de prisão com validade vencida.

DATA VENCIDA 2

O mandado foi expedido em 1994 por conta de um furto e o homem chegou a ficar preso. No mês passado, ele foi abordado por policiais em Campinas (SP). Quando os PMs foram checar os documentos do homem, o sistema de informação da polícia mantinha a ordem de prisão e ele foi encarcerado novamente. A Defensoria conseguiu colocá-lo em liberdade.

CORTE

Marcelo Nobre, ex-conselheiro do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), órgão que fiscaliza tribunais do país, está se associando ao advogado Caio Rocha em Brasília. Rocha é filho de César Asfor Rocha, ministro e ex-presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Eles vão atuar em tribunais superiores, Tribunal de Contas da União, Congresso Nacional e agências reguladoras.

CNJ tenta liberar pauta antes do mensalão

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) tentava ontem julgar todos os 145 processos pendentes para “liberar” sua pauta em agosto, quando começa o julgamento do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal).

A sessão deveria ser a última antes do recesso de julho, mas o CNJ confirmou que, se algum processo não fosse concluído,

poderia haver nova sessão hoje ou até na semana que vem.

A corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, abriu procedimento para investigar fraudes em processos de adoção de brasileiros adultos por estrangeiros, com o objetivo de facilitar a imigração ilegal. O caso havia sido revelado pelo jornal “Correio Braziliense”.

Contratempos femininos

Em palestra para juízes eleitorais do Rio, na Emerj (Escola de Magistratura do Rio), segunda-feira, a presidente do TSE, Carmem Lúcia, falava sobre o sistema de freios e contrapesos da democracia quando se lembrou que um aluno, certa vez, escreveu “freios e contratempos”.

— Aluno não tem jeito. Aluno cola. O que a gente faz como professor é apenas dificultar.

E fez uma analogia que arrancou risos da plateia:

— É igual a nós, mulheres. Homem trai. O que gente tem que fazer é dificultar. Não que eu goste... Nem do homem que trai nem do aluno que cola.

PAINEL

No gogó Roberto Gurgel avisou que usará, sozinho, as três horas reservadas para a acusação no julgamento do mensalão. Advogados dos réus acreditam que o procurador-geral da República poderia dividir a tarefa com auxiliares, como permitiu o STF ao fixar as regras da sessão.

04 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Polícia prende três acusados de tentar roubar família de juiz

Bandidos trocaram tiros com a escolta do presidente do Tribunal de Justiça anteontem

A polícia prendeu ontem um adulto e apreendeu dois adolescentes acusados de tentar roubar familiares do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador Ivan Sartori.

Os adolescentes, um de 15 e outro de 16 anos admitiram ter cometido o crime, segundo a polícia. O adulto preso, Vitor Hugo Viana, 19, negou participação. Ele disse apenas que, meses atrás, cedeu um revólver para um dos jovens do bando.

Seis ladrões fizeram uma irmã, uma sobrinha e a filha caçula de Sartori reféns no domingo à noite. Eles tentavam roubar o carro em que elas estavam. Houve tiroteio com a escolta de Sartori e um bandido foi preso no dia.

A **Folha** não teve acesso aos acusados e não localizou seus advogados.

Dos seis bandidos, dois ainda estão foragidos.

Segundo a polícia, os presos são de um bando que roubava carros na região, na zona sul de São Paulo.

Um membro do bando, menor de idade, disse à polícia que eles não sabiam de quem era o carro abordado no domingo. "Quando tiramos a mulher do carro, dois malucos 'meteram brasa' [atiraram] em nós", disse o jovem.

Por presidir o Tribunal de Justiça, responsável pelo Judiciário do Estado, Sartori e sua família têm direito a escolta.

04 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

Viver na rua não é viver em liberdade

KLEBER LUIZ ZANCHIM E PAULO DÓRON REHDER DE ARAUJO

*Eu sinto em mim o borbulhar do gênio,
Vejo além um futuro radiante:
Avante! —bráda-me o talento n'alma
E o eco ao longe me repete —avante!—
O futuro... o futuro... no seu seio...
Entre louros e bênçãos dorme a glória!
Após —um nôme do universo n'alma,
Um nome escrito no panteon da história*

A estrofe de “Mocidade e Morte”, de Castro Alves, é nosso agradecimento a Maurício Antonio Ribeiro Lopes por ter mantido aceso o debate sobre a questão dos moradores de rua do centro de São Paulo (“Ao próximo, o largo”, de 28/06).

Considerada a expectativa de vida do brasileiro, também o doutor Maurício não passa de um jovem senhor de cinquenta anos. E o vigor de suas palavras revela energia jovial para lutar pela solução de problemas complexos como este.

Por cinco décadas, é provável que ele tenha acordado todos os dias e se levantado da cama para viver em favor de si mesmo, de alguém ou de uma causa. O amanhã aparecia luminoso diante de seus olhos, incentivando-o a moldar seu presente e seu futuro. Essa é uma das grandes diferenças entre ele e os abandonados das vias públicas, inclusive os do largo de São Francisco.

Para eles, o horizonte é estreito. O amanhã, sombrio. Falta-lhes exatamente o estímulo para construir sua própria dignidade como cidadãos: a expectativa de um dia melhor.

Nesse cenário, temos de discor-

Albergues não são perfeitos, mas dão o morador de rua o mínimo de disciplina, o banho, recordando regras elementares sobre o convívio em sociedade

dar: a rua não é “liberdade total”, como escreveu o doutor Maurício.

Primeiro, porque nela há regras, sendo uma a de que ninguém pode se apropriar do espaço público, por qualquer que seja a forma.

Segundo, porque o morador de rua está aprisionado no seu anonimato e na falta de esperança.

Ao contrário de Ribeiro Lopes ou de nós, esse indivíduo não consegue projetar o porvir, pois as carências são tantas que lhe importa apenas o agora. A insanidade mental e as drogas são válvulas de escape para suportar o não, o nada, o nunca.

Se os albergues não são perfeitos, são ao menos uma porta de entrada no sistema de assistência social.

Eles expõem o indivíduo ao mínimo de disciplina, que é o banho, recordando-o de regras elementares sobre o convívio em sociedade.

Disciplina, sim, é liberdade, como lembrou um músico famoso da época em que o doutor Maurício era um jovem doutor.

Podemos cobrar melhorias nas iniciativas da Prefeitura, mas não podemos negar que elas são parte importante do que temos disponível para enfrentar o problema. Pa-

ra se ter ideia, não fossem as tendas de atendimento instaladas no centro, mais de duas toneladas de fezes estariam nas ruas, exigindo ainda mais água para limpar a sujeira.

Temos debatido com os órgãos públicos um espaço de capacitação desses desamparados para o trabalho, em parte financiado pela iniciativa privada. Mapeamos dezenas de vagas que poderiam absorvê-los em funções de baixa complexidade, restaurando paulatinamente seu valor como pessoas produtivas e donas do curso da sua história.

Para tanto, precisamos induzi-los a sair da jaula moral e psicológica da rua, o que depende da desarticulação de tudo o que acaba por acorrentá-los aos vícios e ao ócio.

Maurício sabe há mais tempo que nós que a Faculdade de Direito é a “velha e sempre nova academia”. O sincretismo entre o antigo e o moderno sempre marcaram a trajetória das arcadas, uma escola de vida.

Acreditamos que nossa mocidade possa ser compensada pela novel senioridade do douto promotor. Indicamos acima o nosso projeto. Que o doutor Maurício exponha à sociedade paulistana qual é o dele. Saudações franciscanas.

KLEBER LUIZ ZANCHIM, 29, doutor em direito pela USP e advogado, é diretor do Viva o Centro e professor universitário

PAULO DORON REHDER DE ARAUJO, 29, doutor em direito pela USP e advogado, é professor da FGV-SP

FOLHA DE S. PAULO

Greve para cartórios eleitorais de 19 Estados

04 JUL 2012

Servidores marcam
atos hoje e amanhã

Para pressionar o governo federal e os políticos, servidores da Justiça Eleitoral de 19 Estados marcaram paralisações para hoje e amanhã, últimos dias do prazo de registro de candidaturas para as eleições deste ano. Sindicalistas prometem um “apagão” nos cartórios eleitorais de AL, AM, BA, DF, ES, GO, MA, MG, MT, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RS, SC, SP e TO.

Segundo a Fenajufe, a federação nacional da classe, o alcance do movimento pode ser maior, pois há uma convocação para que os funcionários do Judiciário Federal de todos os Estado participem da greve de 48 horas.

Os alvos do movimento são o governo e os políticos porque os servidores dependem deles para que ocorra um reajuste de 31% nos salários da categoria.

O aumento só sairá se o Congresso Nacional aprovar um novo plano de cargos e salários para a categoria.

Em São Paulo, os servidores estão em greve desde o dia 28. Ontem, a adesão ao movimento na sede do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de São Paulo foi de 25%, segundo a assessoria do órgão.

O Sintrajud, sindicato local, estimou que 80% dos servidores cruzaram os braços ontem.

Na frente dos prédios do TRE e da 1ª Zona Eleitoral (local de registro de candidaturas na capital), os grevistas fizeram piquetes e montaram tendas.

Constrangidos, alguns servidores, advogados e candidatos deixaram de entrar nos edifícios da Justiça.

A Polícia Militar aumentou seu efetivo nos locais e houve bate-boca entre sindicalistas e policiais.

04 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça suspende cobrança de talão de valet

Decisão liminar vale para apenas uma empresa, mas pode ser estendida a outras; Prefeitura diz que continuará a fiscalizar

A Justiça concedeu, anteontem, uma liminar que permite à empresa J.F.G. Vallet e Estacionamentos operar na cidade sem usar o talão que a Prefeitura tornou obrigatório no domingo para quem presta serviço de manobrista. A Secretaria Municipal de Finanças informou ontem que tomará as “medidas cabíveis” e continuará fiscalizando o uso do novo cartão pelos valets.

Embora a liminar tenha sido direcionada a apenas uma empresa, outras poderão ir à Justiça para pedir a suspensão da obrigação do uso do talão, segundo o advogado Mário Peixoto de Oliveira Netto, que defende a J.F.G. O problema gira em torno de uma questão tributária, segundo o advogado. Antes de entregar o talão com os cupons de valet para as empresas, a Prefeitura exige o pagamento do Imposto sobre Serviços (ISS). A medida foi tomada justamente para evitar que as empresas deixem de recolher a taxa, diz a Prefeitura.

Em geral, esse tributo só é pago após a prestação do serviço. No caso dos manobristas, por exemplo, depois que os carros são estacionados. “Para criar a antecipação do pagamento, a Prefeitura deveria ter encaminhado um projeto de lei para a Câmara”, alega o advogado Oliveira Netto.

Em vez disso, a cobrança antecipada foi autorizada por meio de uma instrução normativa publicada pela Prefeitura no *Diário Oficial da Cidade*, em 29 de maio.

O advogado Alexandre Naoki Nishioka, professor de Direito Tributário da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e da Universidade de São Paulo

(USP), concorda com o entendimento de Oliveira Netto. “As regras sobre o recolhimento de qualquer tributo precisam de uma lei ordinária. No caso de um tributo municipal, a lei deve passar pela Câmara.”

O prefeito Gilberto Kassab (PSD) disse que, se for necessário, mandará o projeto de lei para análise dos vereadores. Segundo ele, porém, a Procuradoria do Município já avaliou que não é necessário. Fiscais da Secretaria Municipal de Finanças fizeram ontem a primeira blitz para verificar o uso obrigatório do cupom de valet e aplicaram multas de até R\$ 12 mil. A obrigatoriedade do cartão começou a valer no domingo. Sete equipes checaram ontem apenas restaurantes do Itaim-Bibi, na zona sul. Ainda nesta semana fiscais farão blitzes em Vila Madalena, Jardins e Vila Olímpia.

CRONOLOGIA

3 de março de 2012

Prefeitura anuncia sistema de talões para valets.

1º de julho

No 1.º dia da regra, estabelecimentos dizem que Prefeitura não entregou talões.

2 de julho

Multas começam a ser aplicadas a valets sem talão.

04 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

ASSÉDIO SEXUAL

Desembargador recebe pena máxima do CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) puniu um desembargador de Goiás acusado de assediar uma mulher que tinha um processo sob a sua análise. Por unanimidade, o CNJ determinou a aposentadoria compulsória – pena máxima – do desembargador Hélio Maurício de Amorim, do Tribunal de Justiça (TJ) goiano. Em 2007, quando juiz da Vara de Família, Amorim teria ido à casa da mulher e tentado agarrá-la.

O ESTADO DE S. PAULO
SÔNIA RACY 04 JUL 2012

Dois pesos

Enquanto **Antonio Palocci** receberá R\$ 107 mil pela sua quarentena, **Francenildo dos Santos Costa**, o caseiro – pivô da queda de Palocci em 2006 – continua aguardando indenização de R\$ 500 mil. Fruto de ação que ganhou na Justiça Federal do DF em setembro de 2010.

A Caixa recorreu. No TRF, o processo já foi redistribuído três vezes. E nem sinal de decisão. “Espero receber antes de morrer, mas, do jeito que o processo está andando, fica difícil”, disse Francenildo à coluna.

04 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça mantém confisco de jatinho de luxo de banqueiro

Defesa de Freitas Valle pediu reconsideração de sequestro alegando que aeronave não está irregular no Brasil

A Justiça Federal indeferiu pedido de reconsideração do banqueiro Antonio Carlos Freitas Valle e manteve o confisco do jatinho de luxo dele. Por meio de seus advogados, Valle pretendia reaver a aeronave, que a Operação Pouso Forçado sequestrou há duas semanas. O criminalista Luiz Fernando Pacheco, que representa Valle, disse que já ingressou com apelação.

A Pouso Forçado, força tarefa da Polícia Federal e Receita, mira 22 aeronaves de empresários e banqueiros citados por suspeita de falsidade ideológica e descaminho. A Procuradoria da República aponta fraude "muito complexa, do ponto de vista dos métodos para seu ocultamento".

"A Alfândega do Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), detectou esquema criminoso destinado a trazer para o Brasil aeronaves particulares sem a realização do procedimento legal de importação e, consequentemente, com a sonegação dos tributos federais e estaduais incidentes", destaca o procurador Maurício Fabretti.

Com o concurso de um banco nos EUA, o interessado na aquisição de aeronave faz a compra, naquele País, e obtém registro (prefixo) americano. O avião ingressa no Brasil mediante termo de admissão temporária, regulado pelo Decreto Lei 97.464/89. O documento permite "breve permanência" do avião no Brasil, prazo máximo de 60 dias.

Segundo o procurador, "no esquema criminoso versado nos autos, o verdadeiro dono da aeronave, tendo-a introduzido no País, utiliza-a normalmente, como se nacional fosse, realizando sucessivos voos em território nacional". Em 1.º de junho, Fabretti manifestou-se pela apreensão

de 11 aeronaves. "Está patente a ocorrência de um esquema de descaminho, pautado pela simulação de sucessivas admissões temporárias das aeronaves."

O procurador anotou. "Quando o prazo de admissão temporária está próximo do fim, o agente realiza viagem ao exterior, geralmente para um destino turístico, ou para um País próximo, como Paraguai ou Argentina, e reingressa no Brasil, solicitando nova admissão temporária. A Receita apurou que, no jargão dos pilotos, essa conduta vem sendo chamada de 'esquentar o termo'."

"Com esse modus operandi, a aeronave estrangeira permanece no Brasil indefinidamente, sem pagar os tributos devidos pela importação, com evidente desvio de finalidade do instituto da admissão temporária", argumenta o procurador.

Para Fabretti, a conduta nada tem de diversa daquela praticada por pessoas que trazem carros ou motocicletas estrangeiras para o País, situação muito comum nas cidades de fronteira. "A diferença mais marcante é que as pessoas que ingressam com esses veículos geralmente são pobres e o fazem em razão de não terem condições de pagar os preços mais elevados praticados no País, nem de fazer a importação lícita. No caso das aeronaves o descaminho é muito mais grave eis que praticado por pessoas de elevadas condições financeiras, tanto que podem se dar ao luxo de custear um avião particular, mas que, na certeza da impunidade, preferem não pagar os tributos devidos."

O advogado Luiz Pacheco afirma que o avião de Valle é usado exclusivamente para viagens internacionais.

04 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Executiva do Banco Rural entrega defesa do mensalão ao STF

Em documento de oito páginas, Ayanna Tenório alega que não tinha conhecimento de que empréstimos iam para PT

A executiva Ayanna Tenório, apontada pela Procuradoria-Geral da República como integrante do “núcleo financeiro da organização criminosa” que girou recursos do mensalão, afirma que “não possuía nenhuma razão para desconfiar que o destinatário dos empréstimos fosse o Partido dos Trabalhadores”. Em documento de oito páginas intitulado *Memorial*, entregue aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a defesa de Ayanna garante que “para ela se tratava de uma operação de renovação de crédito regular contraída por clientes de longa data do banco, contra os quais, na ocasião, não pesava nenhuma suspeita de irregularidade”.

Ex-vice-presidente do Banco Rural, instituição que a Procuradoria acusa de ter abastecido o mensalão, Ayanna foi incluída na denúncia supostamente por ter proporcionado aos grupos político e operacional do esquema “o aporte de recursos que viabilizou a prática dos diversos crimes objeto da acusação, obtidos mediante empréstimos simulados”. A acusação sustenta que a conduta do núcleo financeiro tornou viáveis mecanismos de la-

vagem de dinheiro que permitiram repasse dos valores aos destinatários finais.

“Não cabia a Ayanna, na organização interna do Banco Rural, relacionar-se com clientes, muito menos estruturar ou ordenar a realização de operações financeiras ou de crédito, até porque lhe faltava capacidade técnica profissional para tanto”, diz o criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, defensor da executiva. “Ela não teve nenhuma participação no relacionamento comercial entre o Rural e as empresas ligadas ao publicitário Marcos Valério, muito menos na constituição dos empréstimos a estas empresas, até porque nem sequer trabalhava no banco na ocasião.”

Renovações. Assim, de todas as operações de crédito apontadas pela denúncia, Ayanna teve participação em apenas duas renovações de empréstimo, uma relativa à SMP&B e outra à Graffiti Participações, realizadas no mesmo dia, 29 de junho de 2004.

Três saques teriam ocorrido nos dias 16 de junho, 31 de agosto e 10 de setembro de 2004. Mariz de Oliveira destaca que “todas as operações ocorreram em período anterior ao ingresso de Ayanna como responsável pela prevenção à lavagem de dinheiro perante o Banco Central, em 13 de janeiro de 2005”.

“A fragilidade da acusação foi reconhecida até mesmo pela Procuradoria que, após denunciar Ayanna pelo delito de lavagem por 65 vezes, requereu sua condenação por apenas três operações consideradas delituosas”, assevera Mariz. Ele afirma que Ayanna não mantinha relacionamento com Marcos Valério. “O mesmo pode ser dito em relação ao suposto organizador do chamado núcleo político, José Dirceu.”

● Atribuições

MARIZ DE OLIVEIRA

ADVOGADO DE AYANNA TENÓRIO
“Não cabia a Ayanna, no Banco Rural, relacionar-se com clientes, muito menos estruturar e ordenar a realização de operações financeiras ou de crédito”

Família alega ser dona de terreno do Memorial

Cintada rende condenação à pai de menina

MAUS-TRATOS. O pai de uma menina de 10 anos foi condenado ontem, no Tribunal de Justiça do Paraná, por ter dado cintadas na filha. Segundo o processo, ele teria feito a agressão ao se irritar, já que a criança não fez a lição de casa. “Ao dolosamente desferir ‘cintadas’ na vítima que estava sob sua guarda, expôs sua saúde a perigo para que realizasse corretamente suas tarefas escolares, abusando dos meios de correção e disciplina”, afirmou em seu voto o juiz Naor R. de Macedo Neto. O homem foi condenado por maus-tratos e terá que fazer serviços comunitários.

Liminar contra mineradoras

APP. Por pedido do Ministério Público Federal, a Justiça suspendeu a mineração de dez empresas, que trabalham às margens do Rio Paraná em Umuarama e Guaíra. De acordo com o MPF, o local é uma área de preservação permanente.

A Construção do Memorial da Imigração Japonesa, na Avenida das Torres, tem causado polêmica porque a família Gbur alega que é dona de uma área de 30 mil m² e não recebeu indenização pela desapropriação.

“Esse terreno era do meu bisavô e tentamos desde 2008 receber o dinheiro e não conseguimos. É revoltante”, diz a administradora Marli Shilipack.

A Prefeitura de Curitiba garante que depositou o dinheiro aos donos de todos os 21 lotes. Foi pago R\$ 1 milhão de reais por uma área de 384,4 mil m². Isso significa que cada metro quadrado custou R\$ 2,62.

“O valor foi considerado justo pela Justiça, que emitiu o documento de posse à prefeitura. A área estava invadida, não valia nada”, afirma o superintendente de obras serviços, Sérgio Tocchio.

Projeto prevê sigilo dos salários

Em vigor desde 16 de maio, a Lei de Acesso à Informação pode ser parcialmente modificada. A Câmara dos Deputados analisa um Projeto de Decreto Legislativo que impede a divulgação dos salários dos servidores públicos.

A proposta foi apresentada pelos deputados Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), Henrique Oliveira (PR-AM) e Izalci (PR-DF). Os parlamentares justificam que a presidente Dilma Rousseff foi além das suas funções ao determinar a divulgação de uma exigência da lei que ainda não foi regulamentada.

Na argumentação, os deputados dizem que o interesse público seria plenamente atendido com a di-

vulgação de tabelas com os salários e benefícios relativos a cada uma das carreiras, sem expor o nome do funcionário. “A publicidade fere o respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas”, diz a proposta.

Os vencimentos de 706 mil funcionários públicos foram colocados esta semana no Portal da Transparência. O Poder Judiciário e o Congresso Nacional prometem publicar as informações ainda este mês.

O projeto passará pela comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e precisa ainda ser aprovado nos plenários da Câmara e Senado.

04 JUL 2012

METRO

Justiça quer devolução de R\$ 1,7 mi dos 'aloprados'

A Justiça Federal de Mato Grosso determinou a devolução aos cofres públicos de R\$ 1,1 milhão e US\$ 248,8 mil dólares apreendidos pela Polícia Federal num hotel Íbis de São Paulo, em 2006.

O dinheiro estava com o agente policial aposentado Gedimar Passos e o empreiteiro Valdebran Padilha e seria usado para a compra de um dossiê falso que ligaria o então candidato do PSDB em 2010, José Serra, à máfia dos sanguessugas, esquema de compras superfaturadas de ambulâncias. O escândalo foi apelidado pelo então presidente Lula de "aloprados do PT".

"A fraude ao sistema financeiro será reparada com ressarcimento dos cofres públicos."

PAULO SODRÉ, JUIZ FEDERAL

Na decisão, o juiz federal Paulo Sodré notificou o Banco Central para que faça a correção monetária dos dólares e os valores atuais do dinheiro apreendido sejam informados pela Caixa Econômica Federal.

Há duas semanas, a Justiça indiciou nove pessoas acusadas de participar da negociação do falso dossiê. Seis delas são filiadas ao PT: Gedimar Passos, Valdebran Padilha, Expedito Ve-

loso, Hamilton Lacerda, Jorge Lorenzetti e Osvaldo Bargas. Eles vão responder por crimes contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

A investigação durou cinco anos e meio e agora as testemunhas de defesa e acusação, além dos acusados, serão convocados para prestar novos depoimentos.

A origem dos recursos não ficou comprovada na denúncia. O Ministério Público justificou que as cédulas eram antigas e não tinham número de série em sequência, o que dificultou o rastreamento dos valores.

04 JUL 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Judiciário terá que publicar salários até 20 de julho, determina CNJ

Medida envolve tribunais de todo o País e atende às exigências da Lei de Acesso à Informação

Tribunais de todo o País - estaduais, trabalhistas e federais - terão que divulgar informações completas sobre a remuneração de juízes e servidores até o dia 20 de julho. A determinação foi acertada na tarde de ontem (3) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atendendo às exigências da Lei de Acesso à Informação. As informações deverão ser disponibilizadas nas

páginas eletrônicas dos tribunais, com nome do servidor, cargo que ocupa e valores recebidos no mês. O tribunal também deverá informar sobre vencimentos extras, como abonos de permanência e diárias, além de descontos realizados na folha de pagamento com impostos e previdência. O padrão deverá ser o mesmo adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

na última sexta-feira (29), quando começou a divulgar informações sobre ministros e juízes convocados. De acordo com o conselheiro Wellington Saraiva, coordenador do grupo que estudou meios de regulamentar a Lei de Acesso à Informação no Judiciário, "somente com a divulgação do nome e do subsídio será possível que a sociedade exerça efetivo controle social".

04 JUL 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

MP-PR aciona responsáveis por concurso público

O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Guarapuava, ingressou ontem com ação civil pública de ressarcimento de danos ao patrimônio público e por atos de improbidade administrativa contra quatro servidores da Prefeitura Municipal, duas empresas de materiais e consultoria para concurso público e seus respectivos representantes.

A investigação do Ministério Público apontou que a secretária municipal de Administração, o presidente da Comissão Organizadora de Concursos Públicos Municipais da Prefeitura, um assessor jurídico e uma assessora técnica

foram responsáveis por uma contratação ilegal de duas empresas que fariam um concurso público na cidade, em 2009.

Inicialmente, a empresa I.B. Requena Consultoria, de propriedade de Ivan Bim Requena, foi contratada, através de pregão presencial (menor preço), para elaborar as provas, cartões-resposta, referencial bibliográfico e acompanhamento técnico de concurso público para provimento de 34 cargos. Para a promotoria, a modalidade licitatória escolhida é "flagrantemente incabível no caso de contratação de serviços técnicos de elaboração de provas e prestação de consultoria".

04 JUL 2012

JORNAL DO ESTADO

LIÇÃO DE CASA

Pai que bateu na filha é condenado

Um homem (I.V.D.) que, para forçar sua filha (na época com 10 anos de idade) a fazer tarefas escolares, bateu nela com uma cinta, causando-lhe ferimentos leves, foi condenado à pena de 2 meses e 20 dias de detenção, pela prática do crime de maus-tratos (art. 136, § 3.º, do Código Penal). A referida pena privativa de liberdade foi substituída por uma pena restritiva de direitos.

Essa decisão da 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná reformou, em parte (apenas para reduzir a pena), a sentença do Juízo da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Foz do Iguaçu que julgou procedente a denúncia oferecida pelo Ministério Público.

O relator do recurso, juiz substituto em 2.º grau Naor R. de Macedo Neto, consignou em seu voto: “[...] o que se verifica da análise do conjunto probatório é que ficou devidamente comprovado que o ora apelante [...], dolosamente, desferiu “cintadas” na vítima [...], que contava com 10 anos de idade na data do ocorrido, pelo fato de ela não realizar corretamente suas tarefas escolares. Ou seja, ficou comprovado que o acusado, ao dolosamente desferir “cintadas” na vítima que estava sob sua guarda, expôs sua saúde a perigo para que realizasse corretamente suas tarefas escolares, abusando dos meios de correção e disciplina, subsumindo sua conduta ao tipo penal definido no art. 136, § 3º, do Código Penal”.

Cai liminar que impedia divulgação

Um desembargador de Brasília derrubou ontem uma liminar que impedia a divulgação dos salários de servidores públicos do Distrito Federal. O desembargador Otávio Augusto Barbosa concluiu que a revelação das remunerações está de acordo com a Lei de Acesso a Informações Públicas.

No final de semana, a pedido de um sindicato representativo de funcionários públicos, outro desembargador, Romeu Gonzaga Neiva, tinha concedido uma liminar suspendendo a divul-

gação individualizada dos vencimentos dos servidores. A liminar contrariava decisões recentes de uma série de órgãos públicos, inclusive o Supremo Tribunal Federal (STF), que resolveram divulgar os salários de autoridades e funcionários com base na Lei de Acesso a Informações Públicas.

Na terça-feira, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também decidiu determinar aos tribunais de todo o País que publiquem de forma individualizada as remunerações dos juízes e servidores.

Mais polícia

O Ministério Público Federal em Umuarama (MPF/Umuarama) ajuizou uma ação civil pública contra a União, para que seja ampliado o número de policiais federais em Guaíra (PR). O MPF pede que sejam fixadas judicialmente, na Delegacia de Polícia Federal em Guaíra, as lotações de dez delegados, dez peritos criminais, 90 agentes de Polícia Federal, 12 escrivães e quatro papiloscopistas. A ação originou-se de ofício do próprio departamento de Polícia Federal, que relatou a insuficiência de policiais federais para patrulhar o Lago de Itaipu, a Ponte Ayrton Senna e as Rodovias Federais (BRs 163 e 272) da região de fronteira do Brasil com o Paraguai, além de ter dificuldade em realizar investigações sigilosas e atender o cidadão para fins de passaporte, porte de arma, controle de químicos, controle de segurança privada e imigração.

04 JUL 2012
CONCURSO

MP move ação para ressarcimento

O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Guarapuava, ingressou ontem, com ação civil pública de ressarcimento de danos ao patrimônio público e por atos de improbidade administrativa contra quatro servidores da Prefeitura Municipal, duas empresas de materiais e consultoria para concurso público e seus respectivos representantes. A investigação do Ministério Público apontou que a secretária municipal de Administração, o presidente da Comissão Organizadora de Concursos Públicos Municipais da Prefeitura, um assessor jurídico e uma assessora técnica foram responsáveis por uma contratação ilegal de duas empresas que fariam um concurso público na cidade, em 2009. Para a promotoria, a modalidade licitatória escolhida é "incabível no caso de contratação de serviços técnicos de elaboração de provas e prestação de consultoria".

Mensalão

O Movimento Universitário em Defesa do Estado de Direito criou um site intitulado "Tudo sobre o Mensalão". A ideia nasceu a partir do estudo da ação penal em sala de aula e da constatação de que muitas das informações sobre o processo não vêm sendo abordadas pela imprensa. Com a proximidade do julgamento no STF, o movimento quer estimular a troca de ideias sobre o assunto. O site pode ser acessado pelo endereço "tudosobreomensalao.com.br".